ACTA Nº 02/2009-2013

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE.

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano dois mil e nove, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Novembro destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo para o Mandato 2009-2013; -----

Ponto 2 – Apreciação e Votação da proposta, para nos termos do disposto no art.º112 do Código do Imposto Municipal (IMI) se fixarem taxas para vigorar no Município de Ílhavo, no ano 2010; -----

Ponto 3 -Eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Município, no XVIII Congresso da ANMP, a realizar a 04 e 05 de Dezembro de 2009, na cidade de Viseu; -

Ponto 4 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 08/09/09 a 23/11/09; -----

Ponto 5 – Apreciação e Votação da integração da parcela em domínio privado da Câmara Municipal de Ílhavo e a sua consequente venda ao requerente do proc.n.º9/97, pelo preço proposto para integração no logradouro de habitação; -----

Ponto 6 – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2010; -----

Ponto 7 – Apreciação e Votação da proposta de uma Derrama para cobrança no ano de 2010 (alínea f, n.º2, art.º53 da lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Ponto 8 – Eleição dos membros da Assembleia Municipal de Ílhavo para a Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga (CIRA); -----

Ponto 9 – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Ílhavo para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Baixo Vouga II (integra os Centros de Saúde de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo e Vagos) – art.º31 do DL 28/2008 de Fevereiro; -----

Ponto 10 – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Ílhavo no Conselho Geral do Hospital Infante D. Pedro – Aveiro; -----

Ponto 11 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ílhavo; -----

Ponto 12 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação; -----

Ponto 13 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital; -----

Ponto 14 – Eleição de cinco cidadãos designados pela Assembleia Municipal de Ílhavo para o Conselho Municipal de Segurança; -----

Ponto 15 – Eleição de quatro cidadãos designados pela Assembleia Municipal para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ílhavo; -----

Ponto 16 – Apreciação e Votação da Proposta de Alteração aos Regulamentos Municipais que prevêem a liquidação e cobrança de taxas. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Maria do Rosário Silva.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Ribau Esteves e os Vereadores, Fernando Caçoilo, Beatriz Martins, José Vaz e Júlio Merendeiro. Estiveram ausentes os Vereadores Marcos Ré e Paulo Costa. -----

FALTAS: -----

Paulo Trincão, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Manuel Soares. -----
--

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo a presença de: António Neves Vieira, Carlos Sarabando, Paulo Nordeste, Maria do Rosário Silva, António Flor Agostinho, António Pedro Martins, Mário Júlio Ramos, Maria de Lurdes Vieira, Mariana Franco, Daniel Tavares, Pedro Parracho, António Pinho, Manuel Soares, Susana Diamantino,

Amantino Caçoilo, Hugo Coelho, Jorge São Marcos, Maria de Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Júlio Barreirinha, Catarina Resende, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----
--

A reunião teve início às 21H30. -----

ACTAS DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

Acta n.º 08/2009: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

Acta n.º 01/2009/2013: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

FLOR AGOSTINHO: Destaca o último acto eleitoral, indicando que foi a população de Ílhavo que, pela quarta vez consecutiva, quis que fosse o PSD a assumir a responsabilidade da gestão autárquica do Concelho, ampliando a sua votação comparativamente aos resultados obtidos em 2005. Refere também, o reforçar da representatividade do PSD nas Juntas de Freguesia já por si lideradas, demonstrando reconhecimento do trabalho dos autarcas do PSD nos últimos anos e do projecto realista apresentado a sufrágio. -----

Em suma, afirma que a população de Ílhavo soube reconhecer o melhor projecto, apresentado pelo PSD, convictos de que em conjunto com as pessoas são capazes alcançarem objectivos e desenvolver projectos, modernizando o município. -----

PAULO NORDESTE: Deseja um bom mandato a todos os colegas da Assembleia, de modo a fazer um bom trabalho em prol do Concelho. -----

CATARINA RESENDE: Expressa satisfação por integrar a Assembleia Municipal, a qual participará de forma íntegra e responsável. Embora, representando o Partido Socialista apoiará sempre o que for mais benéfico para Ílhavo. Apela para que esta Assembleia Municipal seja uma plataforma de ideias. -----

Faz referência ao tema da actualidade, Gripe A, indicando que o Estado tem tomado as medidas prioritárias e preventivas. No entanto, entende o papel fundamental dos políticos junto da população, apelando a estes, para que divulguem a campanha de vacinação de prevenção. -----

JOSÉ LOUREIRO: Defende uma maior transferência de competência para as Juntas de Freguesia, bem como respectivo aumento de verbas. É sua opinião que as obras executadas pela Juntas de Freguesia são mais bem executadas e menos onerosas. -----

Tendo a remodelação do Jardim Oudinot sido inaugurado em 2008 e sendo a sua obra reconhecida por todos, chama à atenção para a não utilização da sua marina. -----

Dadas terem sido abatidas diversas árvores no Parque de Campismo da Gafanha da Nazaré, questiona quais foram os critérios. -----

ANTÓNIO PINHO: Felicita todos os membros eleitos para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, fazendo votos para que as diferentes ideias partidárias sejam benéficas para o progresso do Concelho. ----
--

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Deseja um bom mandato a todos, bem como cooperação política, nomeadamente com o Executivo Municipal. -----
--

Subscreve as referências do membro Catarina Resende relativas à Gripe A, indicando que houve abordagens excessivas a esta temática; no entanto, será através da credibilidade do Ministério da Saúde esclarecer a população e não por campanhas de iniciativas locais. -----

Indica que manterá a regra assumida em mandatos anteriores, não tratando no Período Antes da Ordem do Dia assuntos respeitantes à Informação do Presidente sobre a Actividade Municipal. Por isso responderá às questões colocadas pelo membro José Loureiro no Ponto da Informação do Presidente sobre a Actividade Municipal. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as segundas intervenções dos membros, não tendo havido inscrições. -----

De seguida, foram apresentados à Mesa vários requerimentos, conforme se transcreve, procedendo em conformidade com o Regimento: -----

Membro da CDU: -----

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

De acordo com o regimento, alínea b) do art.º13º, requero V.Exa me seja entregue cópia do protocolo efectuado entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Vista Alegre. -----

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro"-----

Membro da CDU: -----

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

De acordo com o regimento, alínea b) do art.º13º, requeiro a V.Exa me seja entregue cópia do protocolo efectuado entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a APA, que prevê a reconstrução do Jardim Oudinot. ----

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro"-----

Membro da CDU: -----

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

-----De acordo com o regimento, alínea b) do art.º13º, requeiro a Vossa Excelência me seja entregue cópia do protocolo efectuado entre a Câmara Municipal de Ílhavo e o grupo Desportivo da Gafanha. -----

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro"-----

Membro da CDU: -----

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

De acordo com o regimento, alínea b) do art.º13º, requeiro a Vossa Excelência me seja facultada a possibilidade de consulta do projecto do novo PDM da Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro"-----

De seguida, foram apresentados à Mesa várias moções, conforme se transcreve: -----

Membro do CDU: -----

"O Porto de Aveiro, constitui, neste momento, o maior de todos os problemas que afligem a população do Nosso Município. -----

Não pode esta Assembleia Municipal ficar indiferente às gravíssimas consequências que vêm acarretar para a vida de muitos dos trabalhadores da nossa terra, as obras que aí vêm sendo construídas. -----

Penso que não será tarde a constituição de uma Comissão saída desta Assembleia, que possa acompanhar e se possível apontar alguns dos erros de que se queixam as nossas gentes. -----

Assim sendo proponho: -----

1-Que esta Assembleia Municipal eleja uma Comissão composta por elementos de todos os partidos, -----

Que possa acompanhar a movimentação do Porto de Aveiro. -----

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro“-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria a aceitação da sua discussão. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para intervirem sobre a Moção apresentada, pelo que se inscreveram: -----

PEDRO MARTINS: Dado a proposta prever a criação de uma Comissão para acompanhar as obras do Porto de Aveiro, entende que, uma vez que estas se encontram em fase final e embora tenha havido algum desconforto por parte da população, entende que não era benéfico criar essa Comissão. -----

--**MANUEL SERRA:** Como todas as matérias referentes às obras do Porto de Aveiro têm sido acompanhadas pela Junta de Freguesia, nomeadamente na aplicação de alternativas ao inicialmente previsto em benefício da população, não vê enquadramento da criação da referida Comissão. -----

FLOR AGOSTINHO: Subscrive a intervenção do membro Manuel Serra, visto entender haver um acompanhamento correcto das obras e por isso, não vê nenhuma utilidade na criação da Comissão mencionada. -----

----**ANTÓNIO PINHO:** Estando as obras em fase final, vê a criação da comissão desfasada de calendário. -----

JOSÉ LOUREIRO: Defende a proposta, dizendo ter sido apresentada uma semelhante no anterior mandato. Havendo questões por explicar à população referentes a outra matérias relacionadas com o Porto de Aveiro, propôs novamente a criação da Comissão. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Comenta que as obras da Ligação Ferroviária e a Via de Cintura Portuária estão relacionadas financeiramente entre elas. No que respeita à obra da Via de Cintura Portuária, chama à atenção para a responsabilidade da Câmara Municipal na sua gestão, dado haver um investimento de 800 mil euros. Por isso, entende ser uma obra com procedimentos de gestão equiparados a outras semelhantes, não necessitando de acompanhamento extra. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria a rejeição da Moção com os votos contra dos membros do PSD, PS, CDS/PP e voto a favor do membro da CDU. -----

Membro da CDU: -----

“Considerando o Ilhavense como um dos Órgãos de Comunicação Social mais importantes do Nosso Município. -----

Considerando que o Ilhavense leva a todos os cantos do mundo a voz da nossa terra. -----

Considerando que muitos foram aqueles que tão devotadamente estiveram ao seu serviço sem nada pedirem em troca. -----

Como representante do Povo desta terra, não posso esquecer a passagem do seu 88º aniversário e sendo assim proponho: -----

1-Que esta Assembleia Municipal aprove um voto de louvor, de parabéns e de agradecimento pelo trabalho prestado à Comunidade ao longo destes anos. -----

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro“-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi rejeitada por maioria a sua discussão. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1 – Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo para o Mandato 2009-2013; -----

Para melhor compreensão das intervenções na discussão deste ponto, foram anexados as propostas dos membros do PSD (Anexo 1) e PS (Anexo 2). -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: No seguimento da reunião dos líderes de bancada para discutir a elaboração do novo Regimento da Assembleia Municipal para o novo Mandato e perante a análise da proposta do PS, concluiu-se que deveria continuar a vigorar o Regimento em vigor. Justifica essa decisão, porque essa proposta é contrária a vários dispositivos legais, bem como a convicção de que a audição ao público deve ser mantida no final da reunião, dado a maioria dos assuntos a esclarecer serem de âmbito de Reuniões de Câmara Municipal. Considera que as convocatórias por e-mail não estão previstas juridicamente por lei e, portanto, dever-se-á manter convocatória por correio ou protocolo. Assim, defende manter em vigor o Regimento do anterior Mandato e a não admissão das propostas apresentadas pelo PS. -----

PAULO NORDESTE: Explica que a proposta apresentada pelo PS tem como objectivo uma maior abertura da Assembleia Municipal à população ilhavense, como forma de suscitar o seu interesse, uma maior eficiência do Órgão e modernizar o seu funcionamento através da implementação de instrumentos de novas tecnologias. Sobre as propostas do PS, refere que para melhorar a eficiência da Assembleia Municipal indicaram a transferência da audição do público para o início da reunião, a modernização do funcionamento da Assembleia, permitindo a sua participação via on-line e a redefinição da gestão de tempos atribuídos aos partidos para melhorar a discussão dos diferentes temas. -----

PEDRO MARTINS: Sobre a transferência da audição do público para o início da reunião, diz ser uma demonstração de democracia participativa, e por isso, dando-lhe dignidade à gestão da reunião, possibilitando uma maior participação devido ao horário ser mais convidativo. Acrescenta ainda que, a utilização dos meios electrónicos não impede o melhoramento da gestão das reuniões da Assembleia Municipal, e por isso, as propostas do PS visam o modernizar, simplificar a gestão dos membros da Assembleia Municipal. Termina, dizendo que subscreve a intervenção do membro Paulo Nordeste referente à gestão dos tempos atribuídos aos partidos e que lamenta não ter havido uma visão mais alargada às propostas apresentadas. -----

MARIANA FRANCO: Manifesta desilusão por verificar que não haja cooperação na melhoria da gestão dos trabalhos da Assembleia Municipal, nomeadamente no que respeita ao recurso das novas tecnologias da comunicação. -----

JOSÉ LOUREIRO: Lamenta que não haja qualquer intenção em aceitar propostas de alteração ao Regimento, no sentido de melhorar o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

ANTÓNIO PINHO: Entende que o importante é haver um correcto funcionamento da Assembleia e utilizar o seu Regimento para esse fim. Por isso, entende que tem de haver coerência entre os partidos para que sejam criadas as condições de trabalho e de participação da população. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria a proposta apresentada pelos membros do PSD, com treze (13) votos a favor do PSD, oito votos contra (6 PS, 1 CDU e 1 CDS/PP). Foi rejeitada a proposta do PS com treze (13) votos contra do PSD, oito votos a favor (6 PS, 1 CDU e 1 CDS/PP). Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

MEMBROS DO PS: -----

“Todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal foram convidados a designar elementos para participar numa reunião com o objectivo de propor alterações ao actual Regimento da Assembleia Municipal. -----

Os eleitos pelo Partido Socialista apresentaram um conjunto de propostas com o único objectivo de tornar este órgão mais participado e eficaz. -----

Durante este processo, em momento algum, o Partido mais representado (PSD) demonstrou vontade efectiva de analisar e discutir as propostas dos demais grupos políticos, limitando-se a fazer uso da maioria que detém para, liminarmente, refutar as contribuições apresentadas que, na maioria dos casos, são de cariz funcional. -----

Como forma de manifestar o seu desacordo pelo conservadorismo e falta de visão do PSD, os deputados municipais do Partido Socialista votam contra a proposta de Regimento da Assembleia Municipal apresentada pelo PSD, reiterando, no entanto, a vontade de continuar a trabalhar, em conjunto, com TODOS os grupos políticos representados nesta Assembleia. -----

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

Os Deputados Municipais do Partido Socialista, -----

Ass) Paulo Nordeste; Pedro Martins; Mariana Franco; Jorge São Marcos; Catarina Resende; Manuel Soares e Domingos Vilarinho.” -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 – Apreciação e Votação da proposta, para nos termos do disposto no art.º112 do Código do Imposto Municipal (IMI) se fixarem para vigorar no Município de Ílhavo, no ano 2010; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Justifica a manutenção das taxas do IMI, dizendo que a Câmara Municipal de Ílhavo foi a primeira do País a solicitar a Revisão Extraordinária de IMI, tendo o Governo deferido, passados três anos, a alteração do coeficiente de localização, sendo este factor preponderante na equação de cálculo de IMI, visto que houve uma diminuição significativa, com correcção

de efeitos retroactivos. -----

Tendo havido recentemente uma revisão, nomeadamente no cálculo do IMI através do coeficiente de localização levará a uma perda de valor de IMI, naquilo que é uma das maiores receitas do Orçamento da Câmara Municipal. -----

Por haver um plano de investimento ambicioso e pelo aproveitamento dos Fundos Comunitários do QREN, mantêm os valores das taxas, conforme aprovado em reunião de Câmara Municipal. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS ----- -----

JORGE SÃO MARCOS: Comenta que as mudanças ocorridas no mercado habitacional e no sistema de concessão de crédito em tempos de crise, criou distorções nos valores patrimoniais que servem de base ao apuramento imposto face aos valores de mercado e que muitas Câmaras Municipais estão dependentes das receitas dos impostos sobre o património imobiliário. Verifica que o Orçamento das receitas do IMI no Orçamento do Município de Ílhavo tem vindo a aumentar nos últimos anos. Por isso, analisando situações passadas e com base na actual conjuntura de crise, entende que a diminuição das taxas do IMI representariam um justo benefício fiscal para os contribuintes do município. -----

PEDRO MARTINS: Complementa a intervenção do membro Jorge São Marcos, realçando que a crise económica e as dificuldades das famílias justificariam a redução das taxas. Justifica esta medida dizendo que a Câmara tem uma receita elevada, e por isso, pode haver essa mesma redução. -----

JOSÉ LOUREIRO: Entendendo que é possível equilibrar as taxas, lamenta que não se esteja a efectuar diminuição das mesmas, visto que haveria benefícios ao município. -----

ANTÓNIO PINHO: Embora compreenda a aplicação de taxas elevadas como forma de obter mais receita, chama à atenção para a situação actual das economias familiares, nomeadamente para a pesada carga fiscal, propondo à Câmara Municipal a diminuição das mesmas. -----

FLOR AGOSTINHO: Estando em discussão a manutenção das taxas e atendendo aos investimentos previstos para o Concelho, as necessidades de receitas e a própria Lei, verifica que se deva manter as taxas conforme cálculos apresentados na proposta. -----

PEDRO PARRACHO: Salaria que, havendo um plano ambicioso de investimentos coordenados com as candidaturas do QREN, é necessário a manutenção das taxas. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Esclarece que a Lei em vigor é positiva, porque melhorou a justiça ao nível da tributação patrimonial, mas a sua aplicação demonstrou que há erros detectados anteriormente à crise. Indica que não é o IMI que influenciará na decisão do cidadão em se fixar no município e por isso não será a razão para regularizar a crise económica. No entanto, para aqueles que necessitem, existe o Fundo Municipal de Apoio aos Indivíduos e às Famílias Carenciadas para estabilizarem a sua situação económica. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: ----- -----

JOSE LOUREIRO: Reitera que a crise é enorme e que para isso basta analisar os dados estatísticos do desemprego e por isso, é necessário ir ao encontro da realidade. -----

JORGE SÃO MARCOS: Compreende que há necessidade de a Câmara Municipal obter receitas para efectuar investimentos, no entanto, para minimizar algumas dificuldades dos munícipes reforça a sua proposta em reduzir as taxas. -----

PEDRO MARTINS: Subscrive a intervenção do membro Jorge São Marcos, recomendando que a Câmara publicite os apoios sociais para que as famílias possam ter conhecimento e beneficiar dos mesmos. -----
--

Sobre os 30% de majoração dos prédios degradados, questiona ainda se esta situação foi aplicada a algum proprietário no município. -----

Embora haja falhas a corrigir na Lei, entende que as Câmaras Municipais podem contribuir para aliviar as famílias carenciadas. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Refere que a Câmara Municipal tem consciência das estatísticas do desemprego, envolvendo-se em projectos como o Parque de Ciência e Inovação, Área de Acolhimento Empresarial, Incubadora de Empresas, Cluster do Mar, entre outros, de modo a criar mais postos de trabalho através da cativação de investimentos. -----
--

Responde ao membro Pedro Martins que em todas as decisões de IMI houve majoração que nunca foi aplicada. No contexto actual será aplicada porque está em execução uma operação de demolição de casas velhas para melhorar o meio urbano, sendo que após a regeneração urbana é que será aplicada a majoração. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor (16 PSD) e oito votos contra (6 PS, 1CDU e 1 CDS/PP) e uma abstenção do membro Domingos Vilarinho. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

MEMBROS DO PS: -----

“Um novo Rumo para a Assembleia Municipal de Ílhavo. -----

As mudanças ocorridas no mercado habitacional e no sistema de concessão de crédito, no âmbito da crise, criou distorções muito sensíveis nos valores patrimoniais que servem de base ao apuramento do imposto face aos valores de mercado. Por outro lado, continua a verificar-se uma excessiva dependência das receitas das autarquias relativamente aos impostos sobre o património imobiliário. -----

O orçamento das receitas de IMI do Município de Ílhavo tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos últimos anos, fruto do aumento da base tributária do imposto, na sequência da avaliação dos prédios urbanos, feita ao abrigo do código do IMI: subiu 7% de 2008 para a 2009 e 21% na proposta de 2010. -----
--

Na actual conjuntura de crise nacional e internacional, a diminuição do peso das taxas do IMI representaria um justo benefício fiscal para os contribuintes do município. Aliás, esta posição vem de acordo com a intervenção do Estado Português ao deliberar a diminuição de uma décima nos limites máximos do IMI nos Prédios Urbanos (de 0,8 para 0,7 e de 0,5 para 0,4). -----

O próprio código do IMI reforça os poderes tributários dos municípios, nomeadamente, através do alargamento do intervalo de fixação das taxas e dos novos poderes a determinar alguns benefícios fiscais no âmbito das políticas urbanísticas, cultural, de desenvolvimento e de combate à desertificação. -----
--

Este contexto legislativo, aliado ao peso dos impostos face à crise actual, leva os deputados do PS a bater-se para que o município de Ílhavo aplique taxas de IMI abaixo dos limites máximos para os prédios urbanos. Adicionalmente não se vê qualquer diferenciação na aplicação das taxas, nomeadamente, incentivando o recurso a obras de recuperação e beneficiação, manutenção de edifícios em zonas históricas da cidade e captação de novos residentes, o que, aliás, está previsto nos n.º6 e n.º12 do artigo 112º do CIMI, e também no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

Desta forma, os deputados do PS defendem a redução de meia décima da taxa máxima para os prédios urbanos, e de uma décima para os prédios urbanos avaliados, pelo que as taxas a aprovar pela Assembleia Municipal deveriam ser de 0,8% para os prédios rústicos, 0,65% para os prédios urbanos e de 0,30% para os prédios urbanos avaliados em sede de CIMI. -----

Pelo exposto, os deputados municipais do Partido Socialista votam contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Ílhavo, onde se fixam os valores máximos, permitidos por lei, das taxas do IMI. -----
--

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

Os Deputados Municipais do Partido Socialista, -----

Ass) Paulo Nordeste; Pedro Martins; Mariana Franco; Jorge São Marcos; Catarina Resende; Manuel Soares e Domingos Vilarinho." -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Município, no XVIII Congresso da ANMP, a realizar a 04 e 05 de Dezembro de 2009, na cidade de Viseu; -----

O Presidente da Mesa solicitou a apresentação de propostas, tendo sido apresentada uma, conforme se transcreve: -----

" Atenta a necessidade de promover a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (A.N.M.P), a realizar nos dias 4 e 5 de Dezembro, na cidade de Viseu, propõe-se a designação de Rufino Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de S. salvador, para em representação da Assembleia Municipal de Ílhavo participar no referido evento. ----
--

Ílhavo, 27 de Novembro de 2009 -----

Os Membros do PSD, -----

Ass) António Flor Agostinho, Mário Júlio Ramos, António Neves Vieira, Manuel Serra, Júlio Barreirinha, Amantino Caçoilo, Carlos Sarabando, Susana Diamantino, Maria do Rosário Silva."-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação a sufrágio secreto, foi aprovado por maioria com dezanove votos a favor (19), cinco (5) votos branco e um (1) voto nulo. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Dado o adiantar da hora foi dada a palavra ao público, não tendo havido a intervenção de nenhum Muniçipe. De seguida, informou que a discussão dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos vão ser transferidos para a próxima reunião a realizar no dia 03/12/09, dando esta reunião por finda pelas 00:50. ---

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa_____

O 1º Secretário_____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 05/02/10.